

Vogais efetivos: Maria José de Brito Abreu, Técnica Superior do Núcleo de Gestão de Recursos Humanos da Unidade de Gestão Institucional da Agência, I.P. e Gabriela Pinheiro da Silveira, Técnica Superior do Núcleo de Gestão de Recursos Humanos da Unidade de Gestão Institucional da Agência, I. P.

Vogais suplentes: Fernanda Maria Silveiras Jerónimo Henriques, Assistente Técnica do Núcleo de Gestão de Recursos Humanos da Unidade de Gestão Institucional da Agência, I.P. e Filomena Maria Rodrigues da Mata Costa Gomes, Assistente Técnica do Núcleo de Gestão de Recursos Humanos da Unidade de Gestão Institucional da Agência, I. P.

28 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

7 de outubro de 2016. — O Presidente do Conselho Diretivo, *António Costa Dieb*.

209926027

ECONOMIA

Direção-Geral de Energia e Geologia

Aviso n.º 12751/2016

Faz-se público, nos termos e para efeitos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de março, que a empresa Lusorecursos TMG, L.ª, requereu a atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de volfrâmio, estanho, ouro, prata, chumbo, zinco, cobre, para uma área denominada “Santa Bárbara”, localizada nos concelhos de Valpaços, Murça e Mirandela, ficando a corresponder-lhe uma área de 250,884 km², delimitada pela poligonal cujos vértices, se indicam seguidamente, em coordenadas no sistema PT-TM06/ETRS89:

Vértice	X (m)	Y (m)
1	51695,559	211599,186
2	62435,343	218900,343
3	70245,495	208254,569
4	67272,710	198196,581
5	60442,810	195477,468

Atendendo ao Decreto-Lei n.º 88/90 de 16 de março, convidam-se todos os interessados, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente, a apresentar por escrito:

- Ao abrigo do n.º 1 do artigo 6.º, reclamações fundamentadas.
- Ao abrigo do n.º 1 e do n.º 3 do artigo 5.º, propostas contratuais.

O pedido está patente para consulta, dentro das horas de expediente, na Direção de Serviços de Minas e Pedreiras da Direção-Geral de Energia e Geologia, sita na Av.ª 5 de Outubro, n.º 208-6.º Andar, (ed. Santa Maria), 1069-203 Lisboa, entidade para quem devem ser remetidas as reclamações. O presente aviso, planta de localização e a publicitação do pedido estão também disponíveis na página eletrónica desta Direção-Geral.

29 de setembro de 2016. — A Subdiretora-Geral, *Cristina Lourenço*.

309918495

AMBIENTE

Direção-Geral do Território

Despacho n.º 12596/2016

De acordo com o disposto nos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, foi aberto procedimento concursal, através do Aviso n.º 5312/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 79, de 22 de abril, e do Aviso OE 201604/0268, publicitado na Bolsa de Emprego Público, conducente ao provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau de chefe de divisão da Divisão de Desenvolvimento Territorial e Política de Cidades.

Cumpridos todos os formalismos legais e concluída a seleção, o júri propôs, fundamentadamente, que a designação recaísse sobre a candidata Ana Elisa Vilares Cabrita, a qual preenche os requisitos legais e é detentora da aptidão e competência técnica para o exercício das funções inerentes ao cargo.

Assim, nos termos do disposto nos n.ºs 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, designo para o cargo de chefe de divisão da Divisão de Desenvolvimento Territorial e Política de Cidades a licenciada Ana Elisa Vilares Cabrita, em comissão de serviço, pelo período de três anos.

Para efeitos do disposto no n.º 11 do artigo 21.º do sobredito diploma legal, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a 1 de outubro de 2016.

28 de setembro de 2016. — O Diretor-Geral, *Rui Amaro Alves*.

Nota curricular

Ana Elisa Vilares Cabrita

Habilitações académicas:

Licenciatura em Arquitetura, pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, 2001;

Mestrado em Regeneração Urbana e Ambiental, pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, 2005;

Formação complementar mais relevante:

Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública, pelo Instituto Nacional de Administração, 2006

Carreira e categoria:

Técnico superior da Direção-Geral do Território

Experiência profissional:

Desde 20 de maio de 2013, Chefe de Divisão de Desenvolvimento Territorial e Política de Cidades da Direção-Geral do Território, em regime de substituição;

Entre 2010 e 2013, técnica superior na Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano e posteriormente na Direção-Geral do Território, no âmbito da política de cidades e de projetos de cooperação institucional, incluindo a nova Lei do Solo e o sistema nacional de indicadores de ordenamento do território;

Em 2007, foi eleita para o órgão diretivo colegial regional sul da Ordem dos Arquitetos e exerceu o cargo de Secretário da Secção Regional Sul no triénio 2007-2010;

Entre 2006 e 2010, técnica superior na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, no âmbito da gestão territorial e do ordenamento do território;

Entre 2008 e 2010, integrou a equipa técnica de alteração do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa.

209925525

Despacho n.º 12597/2016

De acordo com o disposto nos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, foi aberto procedimento concursal, através do Aviso n.º 5307/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 79, de 22 de abril, e do Aviso OE 201604/0267, publicitado na Bolsa de Emprego Público, conducente ao provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau de chefe de divisão da Divisão de Informação e Gestão Territorial.

Cumpridos todos os formalismos legais e concluída a seleção, o júri propôs, fundamentadamente, que a designação recaísse sobre a candidata Ana Cristina Vitor Cardoso Antunes, a qual preenche os requisitos legais e é detentora da aptidão e competência técnica para o exercício das funções inerentes ao cargo.

Assim, nos termos do disposto nos n.ºs 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, designo para o cargo de chefe de divisão da Divisão de Informação e Gestão Territorial a licenciada Ana Cristina Vitor Cardoso Antunes, em comissão de serviço, pelo período de três anos.

Para efeitos do disposto no n.º 11 do artigo 21.º do sobredito diploma legal, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a 1 de outubro de 2016.

28 de setembro de 2016. — O Diretor-Geral, *Rui Amaro Alves*.